Reconhecimento, Emoções e Catarse nas Relações Internacionais

João R. Fava Jr.[1]

Resumo

Este artigo apresenta a intrincada relação entre Reconhecimento e as emoções nas dinâmicas humanas e sociais, e especialmente nas Relações Internacionais. Ao longo da história da disciplina, o tema das emoções foi relegado, tendo optado por uma abordagem estritamente racional das tomadas de decisão humanas. Propomos, neste estudo, compreender a formação de identidades nacionais e as interações globais destacando uma importante emoção, a catarse, na gestão de traumas coletivos e na construção de uma ética que promova uma convivência internacional justa. Ao enfocar a catarse como um mecanismo de purificação emocional, exploramos seu potencial para mitigar conflitos e promover a compreensão entre nações. O estudo de caso, embasado na obra de Ésquilo, oferece uma análise prática da aplicação desses conceitos, ilustrando como a catarse pode desempenhar um papel crucial na superação de diferenças e na promoção de uma coexistência mais harmoniosa. Propomos, assim, a necessidade de políticas públicas voltadas para a catarse, visando não apenas a resolução de traumas passados, mas também a construção de bases sólidas para o entendimento mútuo e o desenvolvimento de relações internacionais mais éticas e equitativas.

Palavras-chave: Catarse, Reconhecimento, Identidade, Relações Globais, Ética.

Recognition, Emotions and Catharsis in International Relations

Abstract

This article explores the intricate relationship between Recognition and emotions in human and social dynamics, particularly within the field of International Relations. Throughout the history of the discipline, the theme of emotions has been overlooked, with a preference for a strictly rational approach to human decision-making. In this study, we propose to understand the formation of national identities and global interactions by highlighting a crucial emotion, catharsis, in managing collective traumas and constructing an ethics that promotes just international coexistence. By focusing on catharsis as a mechanism for emotional purification, we explore its potential to mitigate conflicts and foster understanding among nations. The case study, grounded in the work of Aeschylus, provides a practical analysis of applying these concepts, illustrating how catharsis can play a pivotal role in overcoming differences and promoting a more harmonious coexistence. Thus, we advocate for the need for public policies directed towards catharsis, aiming not only to address past traumas but also to build a solid foundation for mutual understanding and the development of more ethical and equitable international relations..

Keywords: Catharsis, Recognition, Identity, Global Relations, Ethics.

---

[1]Mestrando em Relações Internacionais pelo Programa de Pós-graduação "San Tiago Dantas" (UNESP/UNICAMP/PUC-SP). Bacharel em Ciências Sociais pela Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara (FCLAr) - Universidade Estadual Paulista (UNESP). Membro do Grupo de Estudos Interdisciplinares em Cultura e Desenvolvimento (GEICD) e do Observatório de Regionalismo (ODR). E-mail: joao.fava@unesp.br

Introdução

A Teoria Política contemporânea se debruçou sobre o tema do Reconhecimento por sua importância, pois está intimamente ligado ao modo como populações reagem umas às outras, como identidades e emoções são regradas e constituídas em sociedades e como Estados formulam seus aliados e inimigos, pautados em resultados de interações complexas e duradouras para além dos cálculos racionais. O Reconhecimento carrega elementos emocionais intrínsecos em seu processo formativo e é um processo cuja filosofia, a antropologia, a sociologia, a ciência política e outras disciplinas se debruçaram nos últimos anos por produzir fortes resultados práticos para a sociabilidade, a justiça social, os direitos humanos e o desenvolvimento. Cada vez mais nas Relações Internacionais, o antes relegado papel das emoções tem ganhado destaque e proeminência na produção de teorias, com evidências positivas dos resultados analíticos destas abordagens. Clément e Sangar (2018), por exemplo, justificam a importância do estudo das emoções na disciplina, cuja área de pesquisa cresce desde o início dos anos 2000 e já produziu resultados em estudos sobre processos racionais-emocionais de tomada de decisão, sobre a descentralização da perspectiva estatal, a relação entre fortes sentimentos e suas implicações em conflitos internacionais violentos e as relações entre emoções, normas e governabilidade.

Partindo da função política do Reconhecimento e da importância que as emoções desempenham neste processo, este estudo procura apresentar a importância e a possibilidade de instrumentalização analítica de uma emoção específica e particularmente forte para o indivíduo humano - a catarse -, cuja literatura das Relações Internacionais se absteve nos últimos anos, mesmo com a grande possibilidade reparativa e de destaque político, social e histórico que podemos obter a partir desta, além de seu papel em todos os tipos de processos decisórios, sejam sociais, nacionais ou internacionais. Utilizando as propostas metodológicas de Clément e Sangar (2018), selecionamos a catarse como uma emoção única para uma análise prática e escolhemos uma abordagem multidisciplinar para examinar sua aplicabilidade e importância nas Relações Internacionais, com auxílio da filosofia, da história, da psicologia social, da antropologia e da sociologia; além disso, utilizamos uma combinação das duas abordagens analíticas propostas por eles: primeiro, uma conceitualização prática da catarse, suas aplicações históricas e resultados em diferentes contextos culturais, como será evidenciado nos exemplos de estudos de caso sobre catarse e trauma coletivo que serão apresentados; e segundo, a dimensão política desta emoção e como pode afetar a esfera pública das relações internacionais.

O texto se divide em três capítulos. No primeiro, apresentamos a temática do Reconhecimento e seus processos racionais e emocionais intrínsecos, como acontece entre indivíduos e como acontece na formação das identidades individuais e coletivas; também demonstramos como o tema adentrou a temática das Relações Internacionais, por meio do construtivismo, apesar de relegar a questão emocional e multidisciplinar que o conceito requer. No segundo capítulo, introduzimos a conceitualização fundamental da catarse, nosso objeto de estudos, e como esta se correlaciona com o tema do Reconhecimento, sendo ao mesmo tempo uma emoção e uma purgação emocional, apresentando sua definição em múltiplas disciplinas e como pode ser amplamente utilizado para tratar temas nacionais e internacionais, seus efeitos na ética, no desenvolvimento humano e na identidade. No terceiro capítulo, contrapomos dois pontos de vista por meio de duas narrativas, uma da literatura grega de Ésquilo, e outro da literatura histórica épica de Heródoto, diferindo as abordagens construtivistas emocionais e realistas, e como a empatia e a catarse podem ser essenciais para a criação de múltiplas identidades positivamente formadas, ao invés de um modelo baseado em *hubris* e *nemesis*, conforme propõe a teoria realista clássica.

As Teorias do Reconhecimento, o problema das emoções e as Relações Internacionais

Desde as últimas décadas do século XX, o Reconhecimento tornou-se um tema recorrente para a Teoria Política. Fortemente vinculado à ideia de identidade e originadas na filosofia, as Teorias do Reconhecimento mergulham em aspectos ontológicos, da psique humana, emocionais e sociais. Influentes filósofos e cientistas políticos enfatizaram o relevante papel das identidades individual e coletiva na contemporaneidade como essenciais na construção de políticas públicas em democracias, na manutenção da coesão social e construção de sistemas políticos e jurídicos pluriétnicos, mais modernos e mais justos. As perspectivas sobre o Reconhecimento retomam desde os clássicos gregos, como Platão e Aristóteles, até firmarem-se em autores modernos como Hegel e Lacan, para dar destaque a como a sociedade, as comunidades políticas e os grupos societários organizados em um sistema moral produzem processos de auto-identificação e de construção do conhecimento de forma coletiva. Nos gregos, o Reconhecimento pode ser evidenciado a partir do conceito de *zoon politikon* de Aristóteles (*cf.* Ramos, 2014), em que a característica que melhor define o humano para o autor se estabelece a partir da vida em uma comunidade complexa, regida por

um sistema político que compele à interação social. Para o grego, é somente através de uma comunidade política que os seres humanos podem alcançar o elemento da humanidade, por meio de um processo de intensa interação social, isto é, pela socialização é que os indivíduos se separam da natureza e adquirem costumes políticos, costumes, normas e ética, e atingem a cultura, ou então, um *status* elevado da razão.

De modo mais amplo, o Reconhecimento pode ser identificado como um grande processo de construção de conhecimento, através de uma interrelação complexa entre o ser e seu mundo externo, por meio da separação: da auto-identidade e do não-eu, do sujeito e do objeto, do *ego* e do *alter*, da natureza e da cultura. Hegel (1992) explica este processo como uma dialética de negação, por meio do qual construímos o conhecimento de nós mesmos e do mundo externo ao categorizar o não-eu, separando conceitos e criando múltiplas identidades para o sujeito e para os objetos, selecionando e nomeando atributos e características para cada uma dessas identidades, sejam pessoas, objetos internos ou externos e o próprio ser.

Lacan (1953, 1998), por sua vez, demonstrou como o Reconhecimento, intimamente ligado às emoções e à cultura, impacta na construção do *ego* e da psique humana. Para o autor, desde a infância os seres humanos apreendem o mundo e formam a concepção do sujeito tal como se pode observar na relação de uma criança e sua imagem refletida no espelho: o indivíduo se torna capaz de manifestar uma matriz simbólica anterior à objetivação na relação com o outro ou com o universal, sendo a fase do 'estágio do espelho' a forma primordial de identificação; em outras palavras, é por meio da identificação simbólica apreendida nas relações de Reconhecimento - no caso entre a criança e o espelho, sua imagem auto-refletida - que o indivíduo é capaz de fundamentar o próprio conhecimento de si e dos objetos que o entornam. O autor mostra como a interrelação simbólica de encantamento e desencantamento durante o processo de Reconhecimento modula as concepções de limites de si e do mundo, medindo os sentimentos de alegria e frustração, egoísmo, amor e agressividade, todos mediados e maturados por uma densa apreensão dialética da cultura que cerca o indivíduo em processo de Reconhecimento.

Na contemporaneidade, o Reconhecimento assumiu atributos teóricos políticos mais robustos a partir de autores que buscaram instrumentalizar o conceito para compreender melhor as sociedades modernas e fundamentar políticas de justiça social. Taylor (2000), por exemplo, questiona como o crescimento da cultura individualista e da burocracia na modernidade afetaram a participação política e levaram as comunidades a um distanciamento

emocional e social e, por conseguinte, criaram sistemas políticos abastados, pelo qual os indivíduos participantes das complexas sociedades contemporâneas não conseguem reconhecer a dignidade e a autenticidade de outros membros da sociedade, nem a importância desta como um todo sistêmico em seu próprio processo constitutivo, resultando em processos de Reconhecimento fracionados ou incompletos. Para ele, é necessário que haja maior intensidade de interações sociais em ambientes que favorecem a troca de ideias e o convívio com as diferenças, principalmente nas modernas sociedades multiculturais, em que estas diferenças prevalecem como norma: a recuperação da política e da participação efetiva passa por políticas públicas que favoreçam o convívio com os 'diferentes' nas sociedades, de modo em que se haja Reconhecimento mútuo e aceitação do outro como membro pleno de uma mesma comunidade, e que haja representatividade dos diferentes interesses na esfera jurídica, opondo-se ao universalismo burocrático.

Outra teórica política, Fraser (2000), admite a existência do problema do Reconhecimento e que essa é uma questão a ser tratada pela Teoria Política, mas afirma que a abstrusidade moderna das sociedades e as constantes mudanças nos grupos sociais que as compõem afetam a maneira como a Teoria lida com o problema, e acabe por reificar a questão das identidades coletivas. Ela afirma que as Teorias de Reconhecimento fracassaram ao não dialogarem com as Teorias de Redistribuição - que são aquelas mais preocupadas com justiça distributiva e igualdade social -, esquecendo do importante tema da desigualdade que também afeta as identidades individuais e coletivas, uma vez que a estratificação social cria estigmas que transitam de forma perene, superficial e substancial entre as classes sociais, resultando também em problemas de Reconhecimento fundamentados em questões socioeconômicas. Para suplantar as estratificações sociais que causam os problemas de reificação, Fraser acredita que a retomada do princípio fundamental do Reconhecimento - *i.e.* as relações dialógicas entre indivíduos, grupos, sociedades e outros variantes - é essencial para que não se formem identidades incompletas, eminentemente prejudiciais às sociedades, e que estas identidades não se tornem problemas de desigualdade generalizados. Para ela, as instituições têm papel fundamental neste processo, com o uso de políticas públicas para corrigir desigualdades sociais e incentivar o Reconhecimento mútuo de direitos e de participação social entre os cidadãos, atribuindo à questão um fator de justiça social.

Por fim, Honneth (2003) vai mais além da perspectiva jurídica de Taylor e diverge da perspectiva de classes de Fraser, dando destaque ao importante papel que as emoções desempenham no processo de Reconhecimento. Derivando da psicologia social, Honneth

expressa de forma mais explícita o Reconhecimento como intersubjetivo, manifestado por meio de três relações emotivas e racionais entre indivíduos, mutuamente praticadas e mutuamente constitutivas da identidade: autoconfiança, autorrespeito e autoestima. Essas relações derivam de emoções afetivas e de solidariedade, bem como do direito jurídico, alcançando diversas esferas da convivência nas sociedades modernas; para ele, a identidade se forma a partir da observação, da intimidade, da perspectiva mútua de direitos e do respeito com os outros. Segundo o autor, as falhas no processo de Reconhecimento incidem diretamente na constituição psicológica e social da coletividade, afetando principalmente aqueles cujo direito é deliberadamente negado, tratados sem dignidade e sem respeito e, portanto, sem Reconhecimento social, desencadeando injustiças generalizadas e, subsequentemente, lutas sociais que só podem ser reparadas com a recuperação das bases fundamentais de identificação, por meio do direito e de políticas públicas emotivo-racionais.

Entender essas diferentes perspectivas sobre o Reconhecimento, seus fatores intersubjetivos e emocionais, e sua importância na Teoria Política contemporânea é essencial para se compreender a importância do tema para questões de justiça nacionais e internacionais. Sumariamente, estes teóricos estão preocupados com sociedades mais justas e chamam atenção para como o Reconhecimento e a dinâmica de formação de identidades estão na base dos processos de justiça e podem contribuir para alcançar estes valores; nos indivíduos e nos grupos, o decurso é necessariamente dialético, envolvendo sociedades eminentemente políticas, tal como primeiramente observado por Aristóteles, e deve ser acabado para que não somente estes indivíduos e grupos alcancem dignidade humana mas que também estas sociedades políticas alcancem maiores patamares de justiça.

Nas Relações Internacionais, parte da importância das Teorias do Reconhecimento que acompanharam o debate político se refletiram principalmente nas teorias de derivação social do internacional, como o construtivismo iniciado por Wendt (1992). O Reconhecimento, considerado um processo central para a sociabilidade, explica processos basilares de uma reciprocidade intercognitiva, pelo qual um *ego* só se reconhece a partir da interação com um *alter*. O construtivismo de Wendt transportou este conceito para o internacional ao pensar a formação das identidades dos Estados nacionais e suas posições políticas fundamentais por meio de perspectivas de ação e reação diante de outros Estados e suas próprias posições em um sistema complexo, levando em consideração que os Estados não são entes monolíticos, puramente racionais ou institucionalmente engessados, mas móveis, geridos por múltiplos interesses, culturas e por grupos que interagem em perspectivas interrelacionadas, pautadas

em elementos históricos, sociais e cognitivos.

Inegavelmente, o construtivismo inovou a metodologia das Relações Internacionais ao trazer para o debate teórico o papel das perspectivas sociais intersubjetivas tanto na formação dos Estados e das perspectivas entre eles quanto nas trajetórias políticas que assumiram através de reconhecimentos culturais e históricos. No entanto, apesar dos avanços na abordagem interdisciplinar, o construtivismo tradicional evoluiu pouco nas interpretações culturais e emocionais que constituem os processos de tomada de decisão para além da razão. Em Wendt (1992), por exemplo, a caracterização dos Estados é assumida como um processo intersubjetivo lógico, pelo qual um Estado *ego* reage com políticas de cálculo puramente racionais às ações de um Estado *alter*, sucessivamente e reciprocamente, insuficientemente explicando os elementos decisórios internos para além dos mecanismos de ação e reação, sejam forças políticas, adversários domésticos ou razões emotivas e culturais históricas que desempenham um inegável papel central em todo processo de tomada de decisão humana.

Os teóricos mais atuais das Relações Internacionais buscam suplementar os fundamentos construtivistas ao ampliar a visão sobre outras características sociais além das que podem ser explicadas por processos de Reconhecimento ou de reciprocidade; estas novas teorias não servem para substituir as abordagens construtivistas ou sociais, e sim complementar os argumentos ao destacar o importante papel que elementos como a cultura e as emoções desempenham nas identidades dos Estados e na criação e condução de suas políticas.

Lebow (2008, 2009), por exemplo, avança teoricamente dando foco ao papel que as emoções e a cultura desempenham no processo deliberatório, na formação de identidades nacionais e nas escolhas que podem evitar tragédias de natureza ideológica. Para o autor, a identidade é um elemento base para a ação social e política, tanto em indivíduos como em grupos, e é resultado de múltiplos discursos e múltiplas emoções concorrentes, além de possivelmente coercitivas; para ele, tal como para os autores previamente apresentados, criar uma identidade exige a criação de um "outro", um *alter*, uma negação do "ser" que pode ser reconhecida como axiologicamente opositiva, assim como nas interpretações da formação de identidade política de Carl Schmitt, onde um "outro" inimigo e emotivamente oposto é preciso ser criado para que o "eu" justifique suas próprias ações, consideradas positivas. Lebow identifica, aqui, que o processo de criação de um "outro" e de uma identidade nacional é emocional-racional, mas chama atenção para como este processo, ao formular este "outro"

como um inimigo, pode desencadear em ideologias irracionais e resultar em tragédias infundamentadas e desumanas.

Em outros textos, para o autor, o desejo inato pela segurança e a coerção natural produzida pelo medo mobiliza grupos sociais a criarem sistemas de autodefesa duradouros, postulados em vigilância contra as possíveis ameaças externas. Assim, processos de Reconhecimento não possuem um resultado ou previsibilidade óbvia e podem desencadear em sistemas de Reconhecimento político eminentemente antagonistas, sem nenhum fundamento racional primário que os justifique, tornando-se um problema para as políticas doméstica e internacional: na esfera interna, como demonstrado por Taylor e Honneth, quando estes reconhecimentos mutuamente antagonistas extrapolam a esfera do político, ocorrem lutas sociais; na esfera externa, essa extrapolação resulta na indiferença e na guerra (*cf.* Lebow, 2005a, 2008). Lebow acredita que o conflito internacional resultado de um reconhecimento antagônico é capaz de produzir tragédias significativas, uma vez que a guerra é capaz de reduzir o impacto da responsabilidade moral dos indivíduos quando postos diante de um grupo externo reconhecido como inimigo. O autor (2005b) não acredita na possibilidade de se encerrar completamente as tragédias humanas, pois reconhece que estes sistemas de identidade são processos culturais inevitáveis, mas ressalta a necessidade de que a política internacional deve anuir políticas de Reconhecimento bem-acabadas, moduladas por um sistema internacional justo, destacando o papel da política decisória multilateral na criação de sociabilidades humanizadas.

Emoções e Catarse: Populações e Estados

Lebow (2008) recorre aos gregos antigos, na história da Ilíada, para demonstrar como as narrativas possuem poder social e político na construção de uma identidade coletiva. Os acaios, *i.e.* a facção dos gregos peninsulares, historicamente, apesar das proximidades culturais, linguísticas e religiosas, não cultivaram uma simpatia ou constituíram algo semelhante a uma nação e, pelo contrário, pairavam antipatias entre as distintas cidades-estado, seus modos de governo e culturas particulares; é a partir da narrativa poética, literária e mitológica que Homero apresenta um inimigo comum, Tróia, digno de unir as diferentes sub-nações gregas para cumprir um pacto que assinaram em conjunto. Lebow afirma que a arte grega, neste caso a narrativa, teve papel fundamental para o Reconhecimento e a identidade deste grupo étnico, e a postulação de um inimigo em comum,

que desafiou seus contratos e leis, mostrou-se como uma oportunidade para deixar diferenças à parte, honrar compromissos e encontrar semelhanças, resultando em um processo de identificação étnica.

Conforme abordagens antropológicas, a literatura, a arte, o mito e a história possuem efeitos morais e estéticos coletivos nas populações que -, diante do peso emocional e do sentimento de responsabilidade social gerado a partir das narrativas criadas pela memória cristalizada, - produzem identificações com o passado e com a comunidade étnica às quais os indivíduos pertencem (*cf.* Lévi-Strauss, 2012). Há, na arte e na emoção, um processo fenomenológico de reconhecimento constante e dialeticamente concomitante em todos os indivíduos de um grupo social, pelo qual apreendem da história enquanto nela participam: uma percepção mútua, semiótica e simbiótica entre os corpos individuais, que constituem parte do corpo político, e seu passado cristalizado (*cf.* Merleau-Ponty, 2018).

Através do teatro, os gregos transmitiam suas narrativas não somente com fins - mesmo que não-conscientes - étnicos e históricos, mas principalmente emotivos. O teatro grego, enquanto arte, tinha como função produzir nos espectadores fortes sentimentos e provocar empatia e identidade com as personagens interpretadas. Os autores clássicos tinham uma predileção pela tragédia, pois acreditavam que esta era capaz de despertar maiores sentimentos e vincular o público ao propósito da narrativa: vital, cotidiana, épica, ordenada, contraditória, cultural, caótica e imprevisível. Aristóteles (2008) identifica, na tragédia, as catarses como elemento fundamental, como os clímaxes que lhe atribuem sua principal importância. Para o autor, a tragédia não é apenas uma narrativa, mas uma ação, e a catarse desempenha uma emoção forte e purificadora, que liberta o corpo do espectador dos sentimentos de compaixão e do medo que sentem diante do drama das personagens. Na tragédia, o espectador é levado a se identificar humanamente com uma personagem, em um processo de Reconhecimento, e sofre com ela suas aflições e ansiedades, diante das iminências e possibilidades do futuro em meio ao drama em que vivencia (tragédia como ação, representada no sentimento do medo); ao mesmo tempo, o espectador é apenas passivo na trama e age como observante, incapaz de influenciar no futuro das personagens, percebendo também sua própria incapacidade de agir diante de sua própria trama vital (tragédia como ação, representada no sentimento da compaixão). A catarse ocorre nos momentos fulcrais da tragédia, quando o medo e a compaixão culminam no destino inevitável das personagens e há uma purgação desses sentimentos, resultando contraditoriamente em alívio e empatia.

A catarse se tornou um tema relevante nas ciências humanas e sociais, e seus efeitos na produção de empatia, ética e identidade foram explorados com mais afinco ao longo das últimas décadas. Nas Relações Internacionais, a catarse, assim como a temática das emoções, ainda possui pouca proeminência. Conforme recordam Clément e Sangar (2018), é necessário ir mais além metodológica e teoricamente para se estudar e instrumentalizar uma emoção nas Relações Internacionais, contando com abordagens multidisciplinares para compreender abrangentemente o impacto que estas podem possuir na política internacional.

Na psicanálise, por exemplo, conforme Freud (2019), a libertação de emoções reprimidas - o que pode ser associado ao sentimento de alívio e de aceitação do contraditório que ocorrem na catarse - possui efeitos terapêuticos e são essenciais para a cura psicológica. Na neuropsicologia, Schore (1994) afirma que o desenvolvimento socioafetivo e emocional regulados moldam estruturas mentais na infância, e que há uma relação íntima entre desenvolvimento psicológico, social e biológico; para o autor, a regulação emocional, a libertação dos traumas e as relações interpessoais (conforme também nos recorda Honneth) têm capacidade de influenciar positivamente o desenvolvimento pessoal dos indivíduos em todas as fases da vida.

Na teoria política, Nussbaum (2009) vai além da abordagem grega clássica. Ela observa que a empatia catártica sentida com relação às personagens que sofrem um evento trágico produz uma dialética interior, pelo qual os indivíduos passam a compreender mais sobre si mesmos e a ponderar sobre as implicações morais e éticas de suas próprias ações ao avaliar as ações das personagens de uma tragédia artística ou real, bem como a entender melhor a complexidade das relações humanas. Os dilemas vividos pelas personagens assumem características semelhantes aos dilemas vividos pelos espectadores e cruzam a linha das decisões morais, o que leva os espectadores a ponderar sobre questões maiores de ética social e justiça. Nussbaum argumenta que a catarse não é só uma emoção ou um processo de alívio emocional, mas uma ação de reflexão, e que pode estar presente tanto na arte quanto nas experiências reais. Para ela, a moral postula constantes dilemas que se contrastam com os múltiplos interesses e decisões humanas em uma sociedade, provocando uma complexidade emocional contraditória entre os indivíduos, que se opõem em constantes forças de ação e reação racionais e sentimentais; a catarse, portanto, ao estipular a possibilidade de purgação emocional, possui não só implicações de ética, de justiça ou saúde emocional individual, mas também preceitos, implicações e resultados eminentemente políticos.

Na literatura das Relações Internacionais, alguns exemplos de conflitos e tragédias que resultaram de questões emotivas já foram bem analisados; alguns autores chamam a atenção para como as decisões sentimentais, e não somente racionais, são capazes de designar tragédias intencionais ou reagir atipicamente a elas. Eventos trágicos provocam sentimentos intensos e sobrecargas emocionais em populações internas e externas àquelas que sofrem ou participam de tais acontecimentos; como em uma peça de teatro grego, todos os espectadores que assistem uma tragédia, sem poder intervir, carregam-se de sentimentos de compaixão e medo, muitas vezes sem a possibilidade de se atingir uma catarse positiva, levando a repressões e reações emocionais nas populações e nos Estados, sejam participantes ou observantes de um evento, resultando em um ciclo vicioso de sentimentos negativos sobrecarregados e possíveis reações a estas emoções. Segundo Nussbaum (2009), essa repressão pode ter implicações políticas em populações globais, afetando questões de justiça a níveis nacional e internacional.

Dentro dessa temática de traumas sociais internacionais, vale destacar alguns exemplos de autores que estudaram a maneira catártica como as populações e os Estados lidam com as consequência de eventos sentimentalmente complexos e que tiveram um profundo impacto no tecido social destas comunidades. Três casos foram estudados por Rahman (2015), que também expôs como as populações decidiram responder aos choques traumáticos e quais foram as consequências dessas reações. Segundo a autora, há uma complexidade em lidar com a memória traumática coletiva, devido ao dilema entre consolidar os interesses e os sentimentos de uma população traumatizada por seu passado e as decisões a serem tomadas para o futuro, sejam estas de reparação, anistia ou repressão; no entanto, mesmo com as dificuldades associadas ao processo - que pode ser entendido como catártico - é necessário que haja uma decisão política coletiva para que o passado não preceda o futuro dessas nações. O primeiro caso analisado pela autora foi o da Guerra Civil Argelina, que vitimizou cerca de 200 mil pessoas na década de 1990: com a catástrofe generalizada e prolongada do conflito, a população optou por tentar esquecer seu passado e os crimes cometidos por ambas as facções beligerantes, ao apoiar massivamente uma anistia irrestrita e um apelo em direção ao futuro; neste caso, a catarse ocorreu a partir da purgação das emoções através do esquecimento. Segundo a autora, no entanto, a simples decisão pelo esquecimento ou pela anistia pode não ser um processo duradouro de reconciliação entre os grupos ou com o passado da nação, ressaltando a necessidade de políticas de concórdia e de memória coletiva para que ressentimentos não voltem a assombrar o futuro nacional.

No segundo caso, Rahman (2015) observa os trabalhos da Comissão da Verdade e Reconciliação após o *apartheid* sul-africano. Neste, o país optou por manter viva a memória traumática ao expor as tragédias ocorridas durante o período, mas ao mesmo tempo por buscar a reconciliação por meio do ato caritativo do perdão; os sul-africanos acreditaram que seria socialmente terapêutico o ato de perdoar aqueles que lhes fizeram mal, induzindo-os ao mesmo tempo ao Reconhecimento de seus atos perversos diante dos 'outros', a pedirem perdão e à catarse. Por outro lado, a opção pelo perdão, como problematiza a autora, enfrentou oposição de grupos sociais mais marginalizados e que tiveram suas vozes silenciadas pelo interesse das maiorias, resultando em um problema de justiça incompleta e em uma catarse parcialmente conclusa.

Em um terceiro caso, observou os tribunais em Ruanda após o genocídio de 1994; a grandiosidade da tragédia, que deixou poucas famílias não-afetadas, requeriu uma abordagem abrangente e encompassadora. O país escolheu contar com auxílio da jurisprudência de tribunais internacionais e estabelecer assembleias populares de julgamento, conhecidas como *gacaca*, que permitissem a reconciliação ou reparação a danos com agentes perpetradores do genocídio, em negociações e diálogos diretos entre estes, os indivíduos e a comunidade presente nas sessões, o que pode ser visto como uma tentativa de se alcançar uma catarse de modo particularista. Rahman (2015) elogia a inovação ruandesa ao tentar lidar com o seu passado procurando conciliar as opções individuais e coletivas de justiça, mas evidencia o limite postulado pela precariedade jurídica e pelo grande número de casos julgados, que atrasaram os arbítrios ou criaram sentimentos de impunidade, também resultando em justiças incompletas ou atrasadas.

Um outro exemplo é apresentado por Fanon para lidar com os dilemas de memórias traumáticas no caso da tragédia de origem internacional e resultante da colonização européia no continente africano. Para o autor, a violência é o pilar central que mantém e perpetua as estruturas coloniais, estipulando um Reconhecimento interminável e recíproco baseado em relações violentas entre os colonizadores e os colonizados. Estas relações têm início em uma visão racial que os colonizadores mantém sobre os colonizados, reconhecendo-os como indivíduos 'sem empatia ou irracionais', desumanizando-os; no processo, os colonizados criam um Reconhecimento de si mesmos como indignos, mas ao mesmo tempo um sentimento de revolta e de reconquista da posição anterior que mantinham à colonização. Para os colonizados, libertar-se da opressão colonial utilizando-se da mesma violência pode ser uma experiência catártica coletiva, pelo qual se libertam as 'forças acumuladas por meio da

agressão'; para Fanon, essa catarse violenta é capaz de restaurar a auto-estima da população colonizada e desumanizada e, conseguintemente, seu Reconhecimento de si mesmos como seres dignos de direito, que havia sido negado e destruído pela colonização (Pallas, 2016).

Fanon explica a catarse como uma experiência de liberdade física, mental e metafísica, e que a violência revolucionária não é apenas catártica mas restauradora ao *status* identitário que os indivíduos possuíam antes do colonialismo. Estudando o caso da Algéria, o autor ressalta que o país experimentou casos graves de doenças mentais generalizadas no período colonial, o que chamou de "neurose colonial", e que esta pode ser expurgada com a revolução e a independência adquiridas violentamente. No entanto, há uma dificuldade pós-colonial de recuperação da identidade, uma vez que este senso foi ativamente perseguido e deixou marcas negativas psicológicas e sociais generalizadas; Fanon diz que após um expurgo violento para se adquirir a independência, haverá consequentemente um trauma coletivo, e que os ex-colonizados precisarão unir-se para erigir uma nova identidade positiva de si mesmos. Dessa forma, a violência produz um duplo efeito, positivo e negativo, nos indivíduos colonizados: ao mesmo tempo em que é capaz de ser libertadora e catártica, permitindo uma recriação positiva da identidade e da imagem nacionais, ela também produz danos mentais populacionais e pode ser problemática quando extrapola seus fins políticos, tornando-se um objetivo em si mesma (Pallas, 2016).

Assim demonstrado, para Lebow (2005b), a tragédia, tanto nas artes quanto na política internacional, tem o potencial de ser uma ferramenta útil de discussão teórica e prática. O autor elimina qualquer possibilidade de se impedir tragédias internacionais, pois acredita que dilemas éticos são sempre presentes nas realidades complexas dos atores humanos em constante interação, sejam internas ou externas aos Estados, mas recorda que nas relações externas a moral de duas sociedades culturalmente diferentes podem se chocar ou se firmar sobre conflitos de interesses gerando catástrofes maiores; dessa forma, processos de Reconhecimento com o 'outro' precisam assumir uma postura empática e ética para que se evitem tragédias internacionais, consideradas mais graves do que as domésticas. Ele recorda Morgenthau e o uso do termo *hubris*, oriundo do teatro grego, definindo uma personagem que se apresenta com orgulho tão excessivo que é capaz até mesmo de desafiar os deuses, e que esta personagem sempre produzirá um *nemesis*, um opositor veemente às suas conquistas e interesses; no cenário internacional, o orgulho desmedido e os conflitos éticos também produzirão reações de igual natureza e que, como nos recorda Nussbaum (2009), desprovidos da ética humanística que a burocracia e a terceirização do sentimento de culpa nos encerra

pelas ações dos Estados, acaba por produzir tragédias incomensuráveis para os padrões emocionais empáticos humanos. Lebow (2005b) acredita que, ao se instrumentalizar a discussão sobre a tragédia, é possível compreender melhor o espírito das relações humanas e evitar impactos mais significativos nos conflitos internacionais, bem como também acredita na capacidade de se purgar os sentimentos de vingança e reações negativas posteriores a traumas, e também na capacidade de nações de seguirem em frente com seus passados, citando os exemplos dos traumas sofridos na África do Sul e na Europa após a Segunda Guerra e suas soluções.

Afinal, a tragédia e a catarse são um tema de sumária relevância para as Relações Internacionais, e ambos são capazes de produzir o sentimento de empatia, e por meio deste enriquecer os espíritos humanos, de amplificar o autoconhecimento e o conhecimento sobre os dilemas morais humanos e sobre a complexidade e o contraditório na vida humana, seja com iguais ou com diferentes nos processos de Reconhecimento (*cf.* Lebow, 2005a, 2005b; Nussbaum, 2009).

Os gregos antigos já utilizavam o termo *xenia*, como um descritivo para o sentimento de amor e empatia para com os estrangeiros, dignos de respeito e acomodação quando viajavam por suas terras. Ésquilo, um dos maiores dramaturgos gregos, produziu uma tragédia intitulada "Os Persas" para buscar exprimir o sentimento de purgação dos sentimentos após a vitória grega sobre os persas na Batalha de Salamina, que foi uma das epítomes da Segunda Guerra Médica travada entre essas duas nações; uma análise sobre essa tragédia e o sentimento que é capaz de provocar nos espectadores será realizada, a seguir, para anuir o argumento da necessidade de se instrumentalizar a catarse como uma emoção capaz de construir maiores sentimentos humanísticos em relação aos outros e como um potencial desenvolvedor da ética, da moral e de políticas humanizadas.

Ésquilo: catarse internacional e empatia

As Guerras Médicas foram confrontos históricos entre os gregos aqueus e o Império Aquemênida, também conhecido como Império Persa, como duas tentativas deste último de conquistar o território grego após Atenas instigar revoluções democráticas na Anatólia, território persa; as duas tentativas, no entanto, foram falhas e repelidas pelos aqueus, primeiro na Batalha de Maratona e em segundo nas Batalhas de Salamina e de Platéias. Podemos

destacar e confrontar duas narrativas sobre as Guerras Médicas, com uma mesma motivação e abordagens semelhantes, mas resultados distintos. Além do elóquio dramatizado de Ésquilo sobre o evento, que falaremos a seguir, Heródoto, que se tornou conhecido como um dos fundadores da historiografia clássica, buscou expor o evento sem embelezamentos mitológicos, diferentemente de seus antecessores narrativos, como Homero, que escreviam a história como poema ou ilustração. Heródoto buscava escrever a história 'tal como aconteceu', mesmo que adornada de perspectivas ideológicas e axiológicas e uma narrativa épica pró-Atenas, com evidente etnocentrismo. Se, conforme Lévi-Strauss (2012), o mito possui um elemento semiótico coletivo em que um povo busca justificar a si mesmo, o mundo externo e sua presença nele, em Heródoto, a história despojada de adornos sobrenaturais, mas substituídas por adornos épicos e epopeicos, desempenha funções semelhantes.

As Guerras Médicas foram importantes no processo de descoberta da Grécia enquanto uma nação: a ameaça persa postulou a necessidade de uma aliança entre as diferentes cidades-estado gregas para conseguirem repelir a invasão aquemênida, uma vez que reconheciam que sozinhas cada uma seria incapaz de vencer o poderoso Império Persa, e que uma a uma seriam invadidas e controladas caso não reagissem o quanto antes; como bem escreveu Lebow (2008), uma identidade pode se formar a partir da existência de um inimigo comum, quando diferenças são deixadas à parte, mesmo que por um período, e o adversário torna-se o foco da atenção e dos interesses dos agregados.

Os gregos, mesmo compartilhando um idioma comum, um sistema religioso semelhante, elementos artísticos de uma mesma herança histórica e uma cosmovisão e cultura próximas, nunca estabeleceram nada como uma nação ou um império coletivo e, pelo contrário, mais se preocupavam com rivalidades internas do próprio mundo geográfico e com intrigas pelas diferenças que tinham entre uma cidade e outra, do que com os inimigos externos. Heródoto escreve com um viés grego, apresentando os persas como antagonistas e dominadores, criticando sua cultura quase que como de selvagens e destacando as realizações gregas (*cf.* Shepherd, 2019). A intenção do autor é a de exaltar a união grega, como uma nação que poderia obter mais conquistas juntos, com uma dose de etnocentrismo que, tal conforme Lévi-Strauss (2012), desempenha um papel característico para o Reconhecimento social e antropológico.

A posição que Heródoto tenta assumir ao escrever seus relatos históricos pode ser comparada às intenções dos teóricos realistas, conforme nos recorda Lebow (2005b) em

Morgenthau, de um cenário internacional formado com o objetivo da autodefesa, entre *hubris* (Império Persa) e *nemesis* (cidades-estados gregas). Ésquilo, por sua vez, se vê diante de uma tragédia histórica que devastou duas nações bem-estabilizadas; o dramaturgo, que participou diretamente dos eventos e foi soldado no conflito, em uma de suas primeiras peças, faz uma apresentação sobre a mesma temática de Heródoto e o problema vertiginoso da *hubris*.

"Os Persas" se passa na capital do Império Aquemênida, Susa, e tem como personagem principal a rainha-mãe dos persas, Atossa, que interage com o coro e o corifeu, representando, respectivamente, os sábios anciões da Pérsia e um sacerdote/sábio que rege o coro. O coro inicia a peça de forma dramática, como que premindo más notícias advindas da guerra na Grécia; com o desenvolver da peça, o drama escala para as premonições de Atossa, entre temores de que a campanha para anexar os gregos seria um desastre completo. Este temor atinge um clímax na chegada de um mensageiro, que traz as notícias trágicas da derrota na Batalha de Salamina, que vitimou os jovens soldados da Pérsia em milhares, enquanto os gregos saíram quase intactos. (Ésquilo, 1992)

O autor, tal como Heródoto, tem um objetivo enviesado: em diversos momentos, os persas, que são os personagens da dramaturgia, exaltam a si mesmos como um grande império, orgulhosos de seu rei, Xerxes, e de seus antepassados, Dario e Ciro. Gabam-se também de seus tesouros, palácios, vestimentas e de suas conquistas militares. Ao mesmo tempo em que há exaltação das personagens à própria nação que representam, estas contraditoriamente referem-se aos exércitos comandados pelo seu rei como 'bárbaros', aos deuses gregos como grandiosos e a Atenas como ilustre. O sentimento trágico se eleva após os relatos do mensageiro, que narra infortúnios sobre infortúnios, entre as lamentações escalantes de Atossa, que representa o luto do persas pela perda de seus jovens soldados, forçados a uma guerra que se encerrou em desgraça. Outro momento dramático é a invocação do espírito de Dario, antecessor e pai de Xerxes, que travou a primeira guerra greco-persa e, como seu filho, também falhou em suas intenções. Dario culpa a ambição de Xerxes e exalta o espírito combativo grego, prevendo uma tragédia ainda maior entre os soldados persas que restaram na Europa a vir na Batalha de Plateias. A tragédia conclui com a lamentação de Xerxes por suas próprias decisões, que chora pela Pérsia e sua derrota, tal como se o Império Aquemênida houvesse atingido sua desgraça final e queda iminente.

Apesar do claro helenismo e das intenções etnocêntricas de Ésquilo, há uma diferença substancial da narrativa de Heródoto. Enquanto este último adota uma epicidade como forma

de valorizar a aliança grega, o dramaturgo adota a tragédia e a *xenia* como forma de culpar os persas por sua própria desgraça. Em Ésquilo (1992), os sentimentos de tristeza e tensão são constantemente apresentados ao longo de toda a narrativa, que se escala entre a expectativa da tragédia, sua realização e posterior lamentação. A *hubris* é ridicularizada. A grandiosidade suntuosa do Império Aquemênida, orgulhoso, é colocada abaixo com a derrota diante dos menos numerosos e menos recursivos helênicos. Apesar do etnocentrismo, o autor opta por uma opção catártica das Guerras Médicas: coloca a culpa nos persas, mas seu sofrimento não é menos desmerecido. O público é levado a uma empatia com aqueles que arrogantemente os invadiram, culpando-os pela decisão de subestimar seus inimigos e pela própria ganância.

Podemos verificar que há uma opção entre dois modelos éticos de se lidar politicamente com tragédias internacionais: um pautado em Heródoto e o outro em Ésquilo. Se Heródoto vangloria os gregos e sua aliança contra o 'escravismo' persa, Ésquilo clama pela catarse dramática de liberação do sentimento de orgulho. Ambos os autores estão inseridos em um contexto histórico e cultural específico, são etnocêntricos e pró-Atenas, ambos diminuem os persas em suas características civilizatórias e exaltam a cultura helênica e a identidade grega, com fins objetivos; porém, o método e os propósitos de seus trabalhos é diferente. O realismo de Morgenthau, conforme nos recorda Lebow (2005b), apresenta um sistema mundial de intenções herodotianas: *hubris* e *nemesis* condenados a uma dialética interminável de Reconhecimento antagônico, onde as nações se formam a partir da competição e da identidade negativa de um outro. A opção emocional e ética, com influências construtivistas e sociais de Lebow e Nussbaum, derivam de intenções esquilianas: a tragédia e a ação do inimigo ocorrem inevitavelmente, podem ser enfrentados, mas a *hubris* é ridicularizada e os sentimentos intensos da guerra são purificados pela catarse e pela *xenia*.

Nussbaum (2009) nos recorda que os sentimentos são parte fundamental da ética humana e que devem ser tratados politicamente. A catarse é, ao mesmo tempo, uma purgação sentimental, com efeitos psicológicos e sociais, e um sentimento intenso em si mesmo, capaz de oferecer e produzir alívio e empatia. O modelo racionalista do realismo é incapaz de oferecer compreensão avançada e abrangente sobre os sistemas complexos de Reconhecimento que envolvem populações, nações e Estados que se formam em relações históricas complexas, difíceis e extensas; catarses, muitas vezes, não são orgânicas e necessitam de uma maturidade civilizatória e política para serem deliberadamente alcançadas, o que faz com que sistemas realistas tenham tido maior facilidade de se estabelecerem ao longo da história, apresentando uma justificativa identitária envolvendo a inimizade para

nações muito mais fácil de ser vendida às populações. Lebow (2005b) recorda que a identidade por meio de um inimigo é mais fácil de ser estabelecida e narrativas épicas (*cf.* Lévi-Strauss, 2012) têm maior adesão emocional de uma nação para justificar sua existência.

Utilizar Ésquilo (1992) como modelo catártico é uma opção viável, apesar de imperfeita. O autor carrega vieses que dificultam um sentimento de catarse completa aos espectadores da tragédia, uma vez que, em um pós-guerra, a lamentação dos derrotados combinada com uma exaltação dos vitoriosos possa soar como desdém, o contrário do que a *xenia* grega idealmente defende. Sendo assim, catarses modernas devem ser conclusivas e carregadas de políticas complexas e abrangentes, mesmo que incapazes de serem perfeitas, para purgar passados e traumas sociais, principalmente aqueles que são oriundos de crises internacionais e que podem criar inimigos de modo irracional, pelo processo herodotiano, epicamente, ou de Reconhecimento opositivo. Em Rahman (2015), as três opções de catarses públicas não são perfeitamente conclusivas, mas atingiram certo nível de alívio social e maiores preocupações com um futuro novo, livre e justo; em Fanon (*cf.* Pallas, 2016), a catarse violenta também surge como uma opção, capaz de libertar povos oprimidos e recuperar suas identidades perdidas, mesmo que este alívio carregue consigo o contraditório da brutalidade, que pode implicar outros sofrimentos psicológicos e sociais a serem abordados posteriormente por outros tipos de catarses e políticas de reparação.

O que a catarse nos proporciona, seja pela arte ou pelos eventos sociais inevitavelmente trágicos, é que é possível pensar em políticas éticas para lidar com os sentimentos excessivamente traumáticos oriundos de eventos fatídicos nas esferas nacional e internacional. Na esfera exterior, o grande problema está relacionado ao Reconhecimento e à identidade nacional, que podem se apoiar em uma longa e histórica disputa com um inimigo marcado, um *nemesis*, que justifica o próprio orgulho social; estes sentimentos devem ser purificados pela *xenia*, a fim de se evitar uma tragédia recíproca entre duas nações poderosas que podem se encerrar em perdas irreparáveis; na arena internacional, os grupos sociais que se identificam imediatamente como inimigos, e com a terceirização dos sentimentos morais e éticos por meio da ação de terceiros sobre os inimigos e pela ação da burocracia, acabam por dificilmente emplacar empatia com os adversários socialmente reconhecidos, tornando a tragédia internacional sempre uma de maior nível do que as tragédias nacionais. A ética e a empatia, como nos recorda Nussbaum (2009), são um exemplo de maturidade emocional coletiva que a catarse pode produzir, o que evidentemente substitui o Reconhecimento realista, herodotiano ou schmittiano: um inimigo não é necessário para a identidade nacional e

grupos podem se identificar por um Reconhecimento positivo, compreensivo, ético e catártico.

Conclusões

A disciplina das Relações Internacionais tem muito a ganhar ao aprofundar seus estudos na área das emoções, essenciais no processo de tomada de decisão humana e nos processos de construção de identidade e Reconhecimento, que levam à maneira como enxergamos o 'ser' e o 'outro', em um processo de diferenciação que, quando mal realizado, pode levar não só a conflitos sociais como a um expurgo da moral, da ética e da justiça. Reconhecemos que a catarse é uma emoção difícil de ser estudada e interpretada, mas que é presente, necessária e cotidiana nas relações humanas. A complexidade e a contradição das relações humanas produzem sentimentos de difícil compreensão, que devem ser explorados e compreendidos por meio de uma empatia catártica, uma identificação e um Reconhecimento emocional com indivíduos semelhantes e diferentes a um *ego*. As catarses liberam os indivíduos e as coletividades de sobrecargas emocionais que ocorrem inevitavelmente em decorrências das contradições da vida social e produzem resultados éticos e políticos positivos. Catarses inconclusivas, incompletas ou inexistentes podem reprimir sentimentos e contribuir para problemas de Reconhecimento nacionais e internacionais, produzindo injustiças e tragédias violentas, conflitos e traumas.

Catarses podem ser violentas e produzir efeitos negativos e positivos ao mesmo tempo, com traumas sociais relativos à psique das populações que optam pelo modelo catártico de guerra. Catarses podem ser de esquecimento, escolhendo a purificação por meio da memória extinguida, mas produzirem efeitos sociais de injustiça e desrespeito. Podem ser reparativas e buscar justiça absoluta, mas ao mesmo tempo pela complexidade burocrática e pela extensão da tragédia a se buscar justiça, acabarem sendo incompletas ou esquecíveis de certas reparações.

Apesar das imperfeições de aplicabilidade, catarses são necessárias e servem para construir sentimentos éticos e morais em um número extenso de populações. Elas libertam os indivíduos de impurezas de julgamento e do peso da história, muitas vezes irracionalmente construídos por longos períodos em que inimizades se formaram pela justificativa da própria existência nacional. É necessário pensar políticas públicas e coletivas de catarse, dado que os

sentimentos morais negativos sobre outras populações vem crescendo ao redor do mundo, assim como a xenofobia, o desrespeito e a incompreensão em relação aos valores alheios; se catarses podem ensinar populações à aceitação e à purgação dos sentimentos de medo e ansiedade, elas podem ser essenciais em processos de educação pública na construção de um sistema internacional mais justo que busca coletivamente o direito, a igualdade e o Reconhecimento recíproco.

Uma política de catarse é uma política educacional internacional do futuro, mesmo que incompleta ou imperfeita, que precisa ser pensada e constantemente acessada e reparada, para que se sucedam menos injustiças e menos preconceitos de níveis: nacional, com as sociedades multiétnicas que emergiram principalmente após o crescimento da globalização; e internacional, com maiores contatos entre povos ao redor do mundo devido à facilidade de comunicação global. Hegel (1974) manifesta que "Napoleão disse uma vez, diante de Goethe, que na modernidade, a política substituiu o papel do destino nas tragédias dos antigos"; dessa forma, a política deve exercer um papel humanístico, fomentando a sã administração das emoções sociais em catarses, tal como nas tragédias em que os gregos administravam o acúmulo dos medos e ansiedades sobre o futuro, sobre os eventos cotidianos, sobre a iminência das intempéries e sobre as ameaças estrangeiras por meio da libertação nas artes trágicas.

Referências Bibliográficas

Aristóteles. (2008) "Poética". Lisboa: Calouste Gulbenkian Foundation, 3ª ed. ISBN: 978-972-31-1077-7

Clément, M.; **Sangar**, E. (2018) "Introduction: Methodological Challenges and Opportunities for the Study of Emotions" In: Clément, M; Sangar, E. "Researching Emotions in International Relations: Methodological Perspectives on the Emotional Turn". Cham: Springer Nature Switzerland, Palgrave Macmillan, 1ª ed. ISBN: 978-3-319-65574-1

Ésquilo. (1992) "Os Persas". Tradução de Mário da Gama Kury. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1ª ed. ISBN: 978-85-378-0987-7

Fraser, N. (2000) "Rethinking Recognition". Tradução de Edna Velloso de Luna p/ Revista Enfoques, V. 9, nº 1, 2010. New Left Review, Londres, nº 3, pp. 107-120

Freud, S. (2019) "A Interpretação dos Sonhos". São Paulo: Companhia das Letras, Col. Obras Completas, V. 4. ISBN: 978-8535932218

Hegel, G. (1992) “Fenomenologia do Espírito: Parte I”. Tradução de Paulo Meneses. Petrópolis: Vozes, 2ª ed. ISBN: 85-326-0687-3

Hegel, G. (1974) “Lições sobre a filosofia da história”. Tradução de José Gaos. Madrid: Revista de Occidente, 4ª ed.

Honneth, A. (2003) “Luta por Reconhecimento: A Gramática Moral dos Conflitos Sociais”. Tradução de Luiz Repa. São Paulo: Editora 34, 1ª ed. ISBN: 85-7326-281-8

Lacan, J. (1953) “Some reflections on the ego”. The International Journal of Psychoanalysis 34, pp. 11–17

Lacan, J. (1998) “O estádio do espelho como formador da função do eu: tal como nos é revelada na experiência psicanalítica”. In: Lacan, J. “Escritos”. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1ª ed. ISBN: 978-8571104433

Lebow, R. N. (2005a) "Reason, Emotion and Cooperation". International Politics (42), pp. 283–313. DOI:10.1057/palgrave.ip.8800113

Lebow, R. N. (2005b) “Tragedy, Politics and Political Science”. International Relations 19 (3), pp. 329-336. DOI:10.1177/0047117805055410

Lebow, R. N. (2008) "Identity and International Relations". International Relations 22:473. DOI: 10.1177/0047117808097312

Lebow, R. N. (2009) “A Cultural Theory of International Relations”. Cambridge: Cambridge University Press, 1ª ed. ISBN: 978-0-511-46367-9

Lévi-Strauss, C. (2012) “O Pensamento Selvagem”. Tradução de Tânia Pellegrini. Campinas: Papirus. ISBN: 9788530800833

Merleau-Ponty, M. (2018) “Fenomenologia da Percepção”. Tradução de Carlos Alberto Ribeiro de Moura. São Paulo: WMF Martins Fontes. ISBN: 978-8546902316

Nussbaum, M. (2009) “A Fragilidade da Bondade: Fortuna e Ética na Tragédia e na Filosofia Grega”. São Paulo: WMF Martins Fontes. ISBN: 978-8578270629

Pallas, J. (2016) “Fanon on Violence and the Person”. Artigo. In: Critical Legal Thinking [on-line]. https://criticallegalthinking.com/2016/01/20/fanon-on-violence-and-the-person/. Acesso em: 18/01/2023

Rahman, S. (2015) “The Politics of Memory” In: Rahman, S. “Time, Memory, and the Politics of Contingency”. Abingdon: Routledge, 1ª ed, Ch. 4. ISBN: 9781138687011

Ramos, C. A. (2014) “Aristóteles e o sentido político da comunidade ante o liberalismo”. Kriterion 55 (129) .DOI:10.1590/S0100-512X2014000100004

Schore, A. (1994) “Affect Regulation and the Origin of the Self”. ISBN: 978-0805834598

Shepherd, W. (2019) “The Persian War in Herodotus and Other Ancient Voices: A military history”. Oxford: Osprey Publishing. ISBN: 978-1472808639

Taylor, C. (1998) “A Política do Reconhecimento”. In: Taylor, C. *et al*. “Multiculturalismo”. Tradução de Marta Machado. Lisboa: Piaget. ISBN: 9727710166

Wendt, A. (1992) “Anarchy is what States Make of it: The Social Construction of Power Politics”. International Organization, Vol. 46, No. 2, pp. 391-425